



O LUGAR DOS POVOS TRADICIONAIS NO ENSINO DA GEOGRAFIA¹.

Santos, Cledja dos ²
Anjos, Bianca Natacha Oliveira dos ³
Amorim, Herigleydson Thomaz da Silva ⁴
Viegas, Maria Ester Ferreira da Silva ⁵

RESUMO

O Trabalho objetiva apresentar o projeto em andamento “Epistemologias Negras na Geografia da UFAL”, com recorte específico dentro do curso de licenciatura de Geografia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). A importância da sua temática dentro do ambiente acadêmico é oriunda da situação de apagamento intelectual sofrido dentro da academia dos intelectuais negros e da temática étnico racial. Neste projeto será utilizada a abordagem qualitativa com aplicação da pesquisa bibliográfica. A metodologia será a tendência para estudos de análise de Estado de Arte. Tal projeto se faz necessário para que possamos discutir a discriminação racial e o preconceito nas escolas e de como esses conteúdos estão sendo ministrados no constructo epistemológico do currículo do curso de licenciatura em Geografia nas UFAL.

Palavras-chaves: Povos tradicionais, Racismo, Ensino de Geografia, Etnico-racial.

ABSTRACT

Le travail vise à présenter le projet en cours « Epistémologies noires en géographie à l'UFAL », avec une coupe spécifique dans le cursus en géographie de l'Université fédérale d'Alagoas (UFAL). L'importance de son thème au sein du milieu académique vient de la situation d'effacement intellectuel dans au sein de l'académie des intellectuels noirs et du thème ethnique racial. Dans ce projet, une approche qualitative sera utilisée avec l'application de la recherche bibliographique. La méthodologie sera la tendance pour les études d'analyse de l'état de l'art. Tel projet est nécessaire pour que nous pouvons discuter de la discrimination raciale et des préjugés dans les écoles et comment ces contenus sont enseignés dans la construction épistémologique du programme du cursus de géographie à l'UFAL.

¹ A discussão apresentada é resultado do projeto de pesquisa em execução: “Epistemologias Negras na Geografia da UFAL” Edital 02 Pibic UFAL 2021-2022. Código: PVCA25-2021. <https://sigaa.sig.ufal.br/sigaa/pesquisa/projetoPesquisa/criarProjetoPesquisa.do?id=1907695&dispatch=view>.

² Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Federal -AL, cledjasantos97@gmail.com; Bolsista FAPEAL Pibic-UFAL/Edital 02 Pibic UFAL 2021-2022.

³ Graduanda pelo Curso de Geografia da Universidade Federal -AL, bianca.anjos@igdema.ufal.br; Colaboradora Pibic/UFAL 2021-2022. Graduando membro do LETUR

⁴ Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal -AL, herigleydson@gmail.com

⁵ Doutora em Geografia da Universidade Federal - AL, Campus Arapiraca, mestersilva@palmeira.ufal.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8867-8259> Coordenadora do LETUR-Laboratório de Estudos do Território: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0745438063708919. Pesquisador associado do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Instituições e Inovação - Universidade de Aveiro - Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Territoriais - GOVCOOP. (<https://www.ua.pt/govcopp/>)



Mots-clés : Peuples traditionnels, Racisme, Enseignement de la géographie, Ethnico-racial.

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas são extremamente diversos: mais de 5.000 grupos distintos que falam cerca de 5.000 idiomas, em 70 países, compreendendo cerca de 370 milhões de pessoas e constituindo mais de 5% da população global de acordo com a ONU⁶. Uma grande parte dessas pessoas está em perigo de desaparecimento.

Nas últimas décadas algumas constituições embarcaram no caminho reconhecimento legal reivindicado pelos povos indígenas, tais como, por exemplo, de alguns países escandinavos, na América do Sul e na América Central muitos estados também oferecem aos indígenas um verdadeiro estatuto constitucional. Por outro lado, outras partes do mundo experimentaram desenvolvimentos muito preocupantes, com bloqueios e (des) institucionalização de políticas públicas destinadas a eles. Assim, as noções dos indígenas têm dificuldade de encontrar seu lugar na África, devido à diversidade etnia nos Novos Estados Independentes. Da mesma forma na Ásia, frequentemente objeto de recusa por parte das grandes potências deste continente preferindo que a unidade nacional prevaleça sobre as particularidades, à custa de conflitos latentes. Apesar de seu distanciamento geográfico e cultural de um extremo do país ao outro do planeta, todos os povos indígenas têm um grande ponto em comum: eles se tornaram despojados de seus territórios e de seus recursos, deslocados e aculturados.

Muitos deles também compartilham o fato de terem sido demograficamente reduzidos em número por doenças trazidas por recém-chegados e por políticas assimilacionistas.

É de fundamental importância que a Geografia possa colocar posições em um campo teórico e provavelmente metodológico à reflexão do lugar dos povos negros e indígenas, no tempo histórico das contradições da valorização do espaço que se caracteriza na alienação e reificação do valor capitalista da apropriação dos territórios indígenas e quilombolas no processo de formação territorial do Brasil. O atual momento histórico pelo qual passa o nosso país, nos convida a colocar novamente nas rodas de discussões os povos tradicionais na ordem do dia. O desmantelamento das políticas

⁶ Em linha. Ver site: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/cb2953es>



públicas ligadas aos povos tradicionais como um todo tem sido de grande proporção e o espaço da sala de aula é o lugar por excelência para que possamos alertar para as perdas de garantias individuais e coletivas que esses segmentos tiveram diante das medidas políticas do atual governo brasileiro.

A Geografia tem como um dos seus discursos estruturantes a “produção espacial”, questionar a não visibilidade de determinados grupos sociais dentro da produção espacial do Brasil enquanto sociedade é tornar claro que a obrigatoriedade da construção epistemológica da Geografia se dá através da prática da geografia com perspectivas próprias da realidade social, que aliado a teoria teremos um produto que reflita essa mesma realidade.

Ao desenvolvermos um projeto sobre as grafias negras no ensino da Geografia, através do Laboratório de Estudos do Território (LETUR), o foco principal é o de discutir o estado da arte das discussões étnicos raciais, dentro Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio ambiente (IGDEMA), com recorte dentro do curso de graduação de licenciatura de Geografia, neste projeto será utilizada a abordagem qualitativa com aplicação da pesquisa bibliográfica. A metodologia que está sendo utilizada é a tendência para estudos de análise de Estado de Arte. Tal estudo se faz necessário para que possamos discutir a discriminação racial e o preconceito nas escolas e de como esses conteúdos estão sendo ministrados no constructo epistemológico do currículo do curso de licenciatura em Geografia nas UFAL. Convém ressaltar que o projeto visa contribuir para uma maior evidência dessa discussão dentro do IGDEMA, para que a Geografia através da visão crítica contribua para a construção de uma sociedade menos assimétrica e contribua para o desenvolvimento integral dos alunos do curso.

METODOLOGIA

O Projeto constará de dois momentos. No primeiro momento **de forma remota** (em atenção a atual situação de quarentena por que passa todo o país), iremos fazer um estudo da arte de determinado tema dentro do curso de licenciatura de geografia da UFAL na modalidade presencial, o que nos desafia em busca do já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito (segundo momento da pesquisa), dedicando cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas, muitas vezes de



difícil acesso (haja vista que se desconhece um banco de dados, onde estejam aglutinadas as temáticas que tenham as questões étnico raciais como foco) , de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente. A pesquisa do estado da arte serve também como um balizador de avaliação da Universidade como uma prestadora de serviços, como uma instituição que socializa seu conhecimento e informa à comunidade científica e à sociedade a sua produção. A pesquisa bibliográfica será a espinha dorsal da investigação, juntamente com o levantamento de dados feitos. É uma pesquisa de caráter quantitativo e bibliográfico. Essa modalidade de pesquisa também é reconhecida por utilizar uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre determinado tema. Serão tomados como fontes básicas de referência para realizar o levantamento dos dados e suas análises, principalmente, o banco de dados do REPOSITÓRIO da UFAL, NEABI (Núcleo de Estudos Afro brasileiro e Indígenas), da PROEXT (Pró Reitoria de Extensão), do curso de Geografia e Grupos de Pesquisas devidamente registrados no CNPQ e FAPEAL. Boa parte da pesquisa bibliográfica deverá ser executada de forma remota e as discussões serão todas compartilhadas no espaço *on line* da Universidade, a Comunidade Virtual: **Grafias Negras na Geografia UFAL** <https://sigaa.sig.ufal.br/sigaa/cv/principal.jsf>; como também o espaço da web conferência, como espaço privilegiado das discussões, reuniões, e acompanhamento das atividades a serem executadas, além do próprio SIGAA(Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas).

Assim, o trabalho apresentado busca apontar na sua metodologia “O Estado da Arte”, o caminho que se irá percorrer para a construção desse “O Estado da Arte” da temática racial nos conteúdos curriculares do curso de Geografia-UFAL. Os resultados apresentados estão em construção e com um volume baixo de informações em virtude de estar em andamento e a situação pandêmica nos impossibilitar de uma maior apropriação do material a ser analisado. Convém ressaltar que a questão da metodologia é um desafio para o orientador e os alunos envolvidos, em virtude de ter que se organizar de forma remota para a consecução dos objetivos propostos, mesmo tendo sido o projeto orientado e construído para ser executado em dois momentos.

Investigar a efetividade da lei nº 10.639/2003, bem como a lei 11645/2008 que traz a necessidade da inclusão obrigatória da temática Étnico-Racial dentro de toda a educação brasileira, inclusive no ensino superior, a urgência da pauta é reforçada pelo o Parecer CNE/CEB nº 03/2004, aprovado em 10 de março de 2004. No tratante do parecer



anteriormente mencionado, seus certames ressaltam o reconhecimento e valorização das pessoas negras na construção do Brasil, assim, partindo desse pressuposto, os conteúdos curriculares no curso de Geografia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, no período correspondente de 2003 a 2019, serão categorizados por meio da pesquisa bibliográfica das questões étnico-raciais, juntamente com o levantamento da produção científica da instituição direcionada para abordagem étnico-racial, bem como para o debate da questão étnico-racial dentro do âmbito educacional na formação dos discentes na discussão dentro do pensamento geográfico e na análise do estado da arte das questões étnico-raciais no curso de Geografia da UFAL.

REFERENCIAL TEÓRICO

A aprovação da Lei nº 10639 de 10 de janeiro de 2003, vem para consolidar juridicamente e operacionalizar a discussão no âmbito das escolas, com perspectivas de elaboração de uma política educacional orientada pelos valores de diversidade e do direito à diferença.

Dentro dessa perspectiva, este projeto é resultante das discussões que foram realizadas no Fórum - I Quilombada Geográfica (ano 2019) – evento realizado no Instituto de Geografia Desenvolvimento e Meio Ambiente (IGDEMA), onde as investigações relativas às relações Inter étnicas foram analisadas e discutidas, e se evidenciou a necessidade de um maior aprofundamento destas questões dentro dos conteúdos discutidos na formação do discente da Geografia.

Durante o Fórum, percebeu-se que este campo continua a ser pouco investigado na Geografia/UFAL e os novos investigadores (as) precisam de um espaço de discussão onde possam disseminar suas pesquisas e seus resultados, tendo como foco a formação do docente e a ampliação de sua visão de mundo e também do papel do geógrafo dentro da sociedade. Milton Santos, em seus escritos nos meados de 1970 a 1990, lançava olhares sobre as questões raciais no Brasil, utilizando as noções de “corporeidade” e “cidadanias mutiladas”. Ele fala sobre as cidadanias mutiladas no trabalho, na remuneração, nas oportunidades de promoção, na localização dos homens, na sua moradia, na circulação. Cidadania mutilada na educação, na saúde. Tomando como referência esse tripé, ele organiza a discussão em três dados centrais para entender essas questões do preconceito, do racismo, da discriminação. O primeiro é a corporeidade, o segundo é a individualidade



e o terceiro é a questão da cidadania. Seguiremos esse caminho, buscando analisar os dados objetivos que a corporeidade nos fornece, os dados subjetivos que a individualidade inclui, e a cidadania que concentra os dados políticos e jurídicos (Santos, Milton. 1974, 1979, 2002 e 2010).

O que nos move ao ato de pesquisar e também de produzir conhecimento dentro das questões étnicas raciais é o entendimento de que tais questões são poucas discutidas dentro da universidade, de como o ensino da Geografia no Brasil, no caso específico quando se discute o espaço agrário não se contempla satisfatoriamente a questão da diversidade e das relações étnicas raciais e culturais, a exemplo disso temos a “Questão Quilombola”. Nesse sentido somos empurrados a conceber um espaço homogêneo, a acreditar que somos realmente uma “democracia racial”, entendo que tal construção de um espaço homogêneo nos leva a perceber que deve estar existindo atalhos cognitivos, onde as diferenças, os povos indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos, caiçaras são invisibilizados dentro do discurso geográfico, bem como dentro da cartografia; de que os alunos que formamos enquanto futuros docentes estão acima de qualquer problema relacionados a essas questões e que eles jamais irão precisar desses conteúdos em suas atividades de sala de aula. (SANTOS, Renato Emerson. 2007)

Ao operacionalizar um projeto de extensão, sobre o “Estado da Arte das Questões étnico raciais no Campus Arapiraca” foi constatado que os conteúdos étnicos raciais, somente eram vistos pelos alunos de forma esporádica, colocando em evidência a lacuna existente em relação as discussões sobre “diferenças”, “desigualdades” e “discriminação” existente dentro dos conteúdos curriculares dos cursos, sendo também incipiente os números de projetos e pesquisas que abordassem a discussão étnico racial dentro do curso da UFAL-Campus Arapiraca. Quando as discussões existiam, eram de formas isoladas e com uma carga horária muito reduzida. Inexistindo um olhar cruzado dentro da formação dos alunos, sejam eles das áreas das exatas, ciências sociais aplicadas, humanas ou saúde. Alguns docentes isolados que tem por objeto de estudo e formação os povos tradicionais executam projetos de forma pontual, porém esses conteúdos não chegam a fazer parte de forma efetiva dentro dos cursos das unidades.

Lamentavelmente o que se colhe no cotidiano dos corredores da Universidade, são os relatos de atitudes de violência e intolerância racial. Na mídia também diariamente é noticiado casos de discriminação e intolerância de todos os tipos; percebe-se também dentre os alunos candidatos aprovados a ingressarem na Universidade, uma



desinformação acerca das políticas públicas direcionadas aos sujeitos das políticas das cotas étnicos raciais, quando - do e no processo de validação da hetero-identificação étnicos raciais, o nível de fraude e desconhecimento do objetivo e finalidade das bancas é assustador. Assim entendemos que se torna evidente que as discussões dentro dos conteúdos curriculares são ínfimas e insuficientes e que precisamos investir nesses conteúdos para que possamos construir uma sociedade menos verticalizada e com uma menor mutilação nos direitos do povo brasileiro, em particular do povo negro.

Convém ressaltar que mesmo com a ampliação das discussões, apoiadas na lei 10639/2003, que favorecia e coobrigava as discussões dentro das diferentes disciplinas, é muito restrito o espaço de discussões dentro da Universidade como um todo. O Curso de Geografia da UFAL traz em sua grade curricular, desde 2011, a disciplina Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana a fim de cumprir os certames orientados pelo Parecer N.º: CNE/CP 003/2004, aprovado 10/03/2004, construída a partir das prerrogativas da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade dentro de todo o sistema de ensino brasileiro, é um tema de alta complexidade sendo desafiador para muitos cursos de graduação. A disciplina busca trazer para dentro da universidade a discussão sobre o agente social negro na construção do Brasil em âmbitos histórico, cultural, econômico e, principalmente ao que cabe a ciência geográfica, a espacialização do povo negro na construção do território brasileiro, proporcionando aos alunos a reflexão de ensino que mire em uma educação antirracista na prática docente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Projeto se encontra em andamento e não foram feitas as análises necessárias para publicação de resultados, mas a partir da metodologia apresentada, estamos discutindo quais disciplinas e assuntos étnicos raciais estão sendo tratados por elas no curso de Geografia que estejam a contribuir para a visibilidade da discussão na UFAL. Baseado na aplicação da lei n° 10.639/03, o curso de Geografia, do IGDEMA, aplicou no ano de 2011, no PPP da modalidade de licenciatura, alterações que versaram sobre a lei vigente, não sendo adicionadas ao da modalidade bacharelado.

Em 2011 foi adicionada, na grade do curso de licenciatura, a disciplina “Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (Tabela 1), esta foi selecionada como



obrigatória para a formação de professores (licenciatura), fazendo parte do 8º período do curso, com carga horária de 40 horas.

Tabela 1 – Disciplinas obrigatórias da formação de professores de Geografia

	Disciplinas Obrigatórias da Formação de Professores	Obrigatória	Semanal	Teórica	Prática	Semestral Total
1	Organização do Trabalho Acadêmico	Sim	03	03	-	60
1	Profissão Docente	Sim	03	03	-	60
2	Política e Organização da Educação Básica no Brasil	Sim	04	04	-	80
3	Desenvolvimento e Aprendizagem	Sim	05	04	-	80
4	Planejamento, Currículo e Avaliação da Aprendizagem	Sim	04	04	-	80
5	Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar	Sim	04	04	-	80
6	Pesquisa Educacional	Sim	03	03	-	60
6	Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	Sim	02	02	-	40
8	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	Sim	03	03	-	60

Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia, 2011.

Os autores do PPP da grade de licenciatura reforçaram a partir de uma citação do Conselho Nacional de Educação (2004 apud IGDEMA, 2011), a importância da disciplina e dos assuntos tratados por ela:

O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e a valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias e asiáticas. (CNE, 2004).

Como foi colocado anteriormente, a análise está em andamento, porém, já podemos perceber que a aplicação da Lei 10639/2003 nos conteúdos curricular do curso acontece oito anos (08) após a implantação da Lei, o que nos motiva ainda mais a pesquisar o motivo da não discussão dentro da academia, o apagamento da epistemologia sobre o negro e dos negros dentro das universidades é uma realidade nacional. Essa inação pública não significa ausência total de atos – práticas e discurso –, porque não é ausência de ação, mas trabalho ativo de configurar a ordem social para agir negando a ordem do problema. Ou seja, se não é discutido o problema, ele não existe, e o racismo existe e está institucionalizado no país e nas instituições, tal exemplo se dá quando se leva quase uma década para se aplicar uma lei.

A questão étnico-racial na educação deve ser compreendida e aplicada usando os pressupostos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais que estabelece que: “A educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para a construção de



uma sociedade justa, igual, equânime” (CNE/CP3/2004, pp14-15). Compreende-se que as práticas racistas não nascem nas escolas, mas são reproduzidas de forma crucial dentro do espaço escolar. A Diretriz Curricular Nacional afirma ainda que “Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial e empreender reeducação das relações étnico-raciais” não são tarefas exclusivas da escola, mas de toda sociedade” e que as instituições de ensino desempenham um papel importante na construção de novos sujeitos, “construindo espaços democráticos de discussão, divulgando conhecimentos e propalando posturas que construa uma sociedade justa” (ibidem).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à discriminação étnico-racial, a situação da escola pública se caracteriza há muito tempo por sua ignorância formal em relação ao fenômeno. Recentemente é que o Estado resolveu reconhecer a discriminação como um problema público. Por longos anos, a educação nacional agia como se isso não existisse no país. O nosso entendimento é que a condição de reconhecimento recente dessa questão pela escola indica uma lógica de não ação, uma desproblematização da discriminação, o que constitui um outro problema dentro da escola e da sociedade. Essa inação pública não significa ausência total de atos – práticas e discurso – porque não é ausência de ação, mas trabalho ativo de configurar a ordem social para agir negando a ordem do problema. A expressão, portanto, qualifica uma lógica interna como um impedimento geral à ação, que resulta menos de uma ausência de ação do que de uma ambivalência fundamental em relação a esta questão.

A Lei 10.639/03 é um importante instrumento na construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária, menos discriminatória e menos racista. Com a efetivação da lei, a escola pode refletir sobre as relações étnico-raciais que se solidificaram no Brasil, porque possibilita que os estudantes possam desconstruir estereótipos relacionados, por exemplo, à cor da pele, formato do nariz, ao cabelo crespo, dentre outros estereótipos que temos por causa do racismo estrutural.

Nesse sentido, é importante que na escola/universidade, todas as disciplinas questionem seus conhecimentos produzidos para que possam trabalhar a educação das relações étnico-raciais de forma unida, desconstruindo vários discursos de cunhos racistas que vêm sendo ensinados desde a educação básica até o ensino superior. É importante que se reflita sobre as reivindicações postas pela Lei 10.639/2003.



É importante, também, que os docentes tenham formação continuada para que se faça uma abordagem do ensino de Geografia visando à educação das relações étnico-raciais contribuindo, assim, para viabilizar processos educativos comprometidos com a formação para a cidadania.

Pensar uma educação para as relações étnico-raciais é refletir a construção de uma sociedade menos racista e discriminatória para além dos muros da escola. Que o ser professor, não só de Geografia, mas de todas as áreas de ensino, sejam de licenciatura ou bacharelado, esteja acompanhado de um compromisso com práticas fora de modelos racistas.

Assim, entendemos que se torna evidente que as discussões dentro dos conteúdos curriculares acerca da questão étnico-racial são insuficientes e que precisamos investir nesses conteúdos para que possamos construir uma sociedade menos verticalizada e com uma menor mutilação nos direitos do povo brasileiro, em particular do povo negro. Convém ressaltar que mesmo com a ampliação das discussões, apoiadas na lei 10.639/2003, que favorecia e obrigava as discussões dentro das diferentes disciplinas, é restrito o espaço de discussões dentro da Universidade como um todo. Outro ponto que precisa de reflexão é a falta de discussões ou a inexistência sobre a temática do COLORISMO nas instituições educacionais. Evidenciar como o colorismo afeta o povo negro, provocando a falta de identificação da cultura negra, denunciando esse processo desumano que trata a cultura africana como uma subcultura, já que, se a escola é uma instância da sociedade, e nela se reflete todos os problemas sociais, econômicos e políticos, é preciso ser debatido e problematizado, porque, como diz Moacir Gadotti (2004), citando Paulo Freire: "a transformação da educação não pode antecipar-se à transformação da sociedade, mas esta transformação necessita da educação". Ou seja, a escola/universidade deve ser um lugar de ensino, trabalho e aprendizagem. Um lugar onde as relações humanas possibilitam um processo contínuo de superação e modificação, porque essas instituições são um espaço privilegiado para pensar mudanças e transformações que beneficiem a todos.

Espera-se que tal projeto venha a fornecer um quadro geral da situação da pesquisa na temática étnico-racial dentro do campus, de maneira que possa subsidiar os setores interessados a otimizar a temática da pesquisa dentro do espaço acadêmico. A criação de um catálogo de informações sobre a temática dentro da Universidade será uma boa aquisição para o fortalecimento do banco de dados de informações da Universidade.



REFERÊNCIAS

PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICORACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais Brasília: SECAD, 2006. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **AS PESQUISAS DENOMINADAS “ESTADO DA ARTE”** In: Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, agosto/2002.

SANTOS, Raquel Amorim dos e SILVA, Maria de Nazaré Barbosa e. **Estado da Arte, Política Curricular e relações raciais: As pesquisas nas produções da ANPED (2000-2015)**. UFPA

BRAGA, Maria Lúcia de Santana e Silveira, Maria Helena Vargas da. – **Brasília O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional anti-racista** Organização: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2007. 190 p. (Coleção Educação para Todos; v. 29)

ROMANOSKI, Joana Paulin e Ens., Romilda Teodora. **AS PESQUISAS DENOMINADAS DO TIPO “ESTADO DA ARTE” EM EDUCAÇÃO**. In: Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set. /dez. 2006

ANJOS, Rafael Sânzio Araújo dos. **O Espaço Geográfico dos Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil**. In: Terra Livre. São Paulo: n. 17. 2o semestre/2001, p. 139-154.

_____. **A África, a educação brasileira e a Geografia**. In: BRASIL. Educação anti-racista: Caminhos abertos pela lei 10.639/03. Brasília: MEC, SECAD, 2005. p. 167-184.



_____. **Territórios das comunidades quilombolas no Brasil: segunda configuração espacial.** Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra.** Belo Horizonte: Autentica, 2004.

RATTS, Alex. **A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados.** In: ALMEIDA, M. G.; RATTS, A (org.). Geografia: leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 29-49.

_____. **Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de Ações afirmativas no ensino.** In: Terra Livre: Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. São Paulo/SP. Ano 26, v. 1, n. 34, jan-jun/2010. p. 125-140.

RELATÓRIO de Desenvolvimento Humano: racismo, pobreza e violência. Brasília: PNUD, 2005.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica.** São Paulo: Editora Atlas, 1978

SANTOS, Renato Emerson dos (org.) **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na geografia do Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Santos, Milton. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos.** São Paulo. EDUSP, 2004.

_____. **Mariane em Preto e Branco.** Salvador. Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; 2010.

_____. **O País distorcido: O Brasil, a Globalização e a Cidadania.** São Paulo. Publifolha. 2002.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA

EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

_____. Pobreza Urbana. São Paulo. Ed. Hucitec.